

## A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO FEDERAL NO INTERIOR DO ESTADO DO PARÁ

Simone Bitencourt Braga<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa que teve como objetivo investigar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior a partir do olhar de dois alunos com deficiência visual de um campus universitário federal no interior do estado do Pará. A metodologia se deu por meio de pesquisa qualitativa e entrevista semiestruturada realizada com dois alunos com deficiência visual. Os resultados revelaram que os alunos com deficiência enfrentam muitos obstáculos em sua permanência na universidade como, por exemplo, a falta de acessibilidade arquitetônica, as barreiras atitudinais impostas por alguns professores que não estão preparados para atuar com um aluno com deficiência. No entanto, apontam como positivo algumas ações que a universidade desenvolve, como por exemplo, a transcrição em braille dos materiais utilizados nas disciplinas e o atendimento psicopedagógico oferecido aos alunos. A realidade apresentada pelos participantes da pesquisa deixa claro que a universidade, apesar de ter avançado em relação à inclusão dos alunos PcD, ainda precisa promover e efetivar ações que melhorem a acessibilidade arquitetônica na instituição e é preciso também pensar na formação dos professores que atuam com esses alunos para que eles possam oferecer um ensino que os ajudem a desenvolver sua aprendizagem garantindo assim a sua permanência com qualidade.

**Palavras-chave:** Inclusão, Pessoa com Deficiência (PcD), Ensino Superior.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa realizada sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, mais especificamente no campus universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará.

Normalmente quando se fala de inclusão na perspectiva da educação especial, o pensamento remete-se, a priori, para a Educação Básica, porém ainda pouco se discute a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Ensino Superior, uma vez que esses alunos com deficiência, após a conclusão da educação básica também ingressam no Ensino Superior, necessitando não apenas da garantia do acesso, mas também de sua permanência com qualidade nesse âmbito de ensino.

Nos últimos anos o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior tem aumentado de forma significativa, pois de acordo com os dados do último Censo da Educação Superior MEC/INEP (BRASIL, 2018) em 2009 o número de alunos com deficiência e com Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação matriculados no ensino superior era de 20.530 já em 2017 esse número aumentou para 38.272.

---

<sup>1</sup> Pedagoga do Núcleo de Assistência Estudantil do campus universitário de Bragança da Universidade Federal do Pará, E-mail: simonebraga@ufpa.br.

Em vista disso, as instituições de ensino superior precisam garantir as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, na educação superior em todas as atividades acadêmicas.

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo investigar a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior a partir do olhar de dois alunos com deficiência visual de um campus universitário federal no interior do estado do Pará. E de forma específica buscou-se identificar quais os desafios que esses alunos enfrentam em relação a sua permanência na universidade.

## **METODOLOGIA**

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa se desenvolveu sob a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade, centrando-se na concepção e explicação da dinâmica das relações sociais. De acordo com Gil (2005, p. 9) o “uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações”, por meio da “máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos”.

Nesse contexto, utilizou-se do estudo de caso, pois segundo Ludke e André (1986, p. 17) “[...] o estudo de caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo”, permitindo retratar a realidade singular de forma completa e profunda.

E como instrumento de coleta de dados optou-se pela entrevista. Segundo Marconi e Lakatos (2012, p. 81) entrevistar “trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. Nesse contexto, utilizamos a entrevista semiestruturada, que de acordo com Minayo (2015, p. 64), “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistador tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Nesse sentido, foram entrevistados um aluno cego (a quem chamaremos de Pedro) e uma aluna com baixa visão (a quem chamaremos de Ana). Sendo o primeiro, discente do curso de matemática que cursa o 7º semestre e a segunda discente do curso de pedagogia em fase de conclusão do curso.

Feita a coleta de dados, procedeu-se à organização dos mesmos e em seguida às análises e interpretações. Segundo Marconi e Lakatos (ibidem, p. 21) a análise “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Assim, as análises feitas nos levaram aos resultados que apresentamos neste trabalho.

## DESENVOLVIMENTO

O paradigma da inclusão surge, com o propósito de lutar contra toda e qualquer forma de atitudes discriminatórias e ações excludentes existentes em qualquer que seja o ambiente de nossa sociedade: institucional, familiar, empresarial, esportivo, educacional, etc. No que concerne ao contexto educacional a Declaração de Salamanca (1994), diz que:

Toda pessoa possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas. E os sistemas e programas educacionais devem ser designados e implantados para contemplar a ampla diversidade dessas características e necessidades educacionais específicas (UNESCO, 1994, p. 01).

Nessa perspectiva, Lima (2016, p. 23) afirma que inclusão “é a ação de acolher, respeitar e reconhecer no outro seus direitos como pessoa”, assim a educação inclusiva “é uma ação política, social, cultural e pedagógica, embasada nos princípios dos direitos humanos e da cidadania”. Nessa mesma direção, Menezes e Dechichi (2012, p. 3) afirmam que o objetivo da educação inclusiva é “defender o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação, celebrando a igualdade e a diferença como valores indissociáveis, a fim de eliminar com as práticas de exclusão e segregação dentro e fora da escola”.

É importante destacar que do ponto de vista legal, o acesso e a permanência da pessoa com deficiência no ensino superior é garantida. Entre os referenciais pedagógicos e políticos educacionais vigentes que asseguram o direito da pessoa com deficiência à educação destacam-se:

1) **A Constituição Federal/88**, art. 205, que estabelece que a educação é um direito de todos. Além disso, ela destaca que entre os objetivos fundamentais da República, está a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a redução das desigualdades sociais, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos.

2) **O Decreto N° 5.296/2004**, que regulamenta as Leis N° 10.048/2000 e 10.098/2000. Determina normas gerais e critérios básicos para o **atendimento prioritário à acessibilidade** de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;

3) **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008)**, que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.

4) O **Decreto nº 6.949/2009**, que ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;

5) O **Decreto nº 7.611/2011**, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no §2º do art. 5º :VII - **estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior**. Tem como objetivo a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

6) **Lei 13.146** de 7 de julho de 2015, conhecida como a Lei brasileira de inclusão ou Estatuto da Pessoa com deficiência. É destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Fica claro que, a partir do que a legislação brasileira determina, as ações de acessibilidade no ensino superior devem ser encaradas como **prioridade** pelas Instituições de Ensino Superior, para que se possa garantir às pessoas com deficiência aprendizagem e participação em todos os espaços da Universidade de forma acessível e que maximizem o desenvolvimento acadêmico, social e profissional desses educando. Nesse contexto, Maiola, Boos e Fische (2008, p. 86) afirmam que:

A inclusão na universidade significa um novo paradigma de pensamento e ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade cuja diversidade está se tornando mais uma norma do que exceção. Nessa direção, para considerar a instituição como um espaço inclusivo, é preciso abandonar a condição de instituição burocrática e buscar alternativas que possam atender à diversidade e garantir o acesso e a permanência de todos no seu interior.

No entanto, apesar do avanço na legislação e concepção a respeito da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, muito ainda precisa ser feito para se efetivar a inclusão desses alunos.

Ao tratar sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aponta que:

A transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 17).

Nesse sentido, Vargas (2006, p. 10) afirma que é necessário criar mecanismos não apenas para o acesso, mas também para a permanência de pessoas com deficiência no ensino

superior. Além disso, ele ressalta que “para que seja possível acontecer a tão esperada inclusão na universidade é preciso que se tenha clareza dos fatores que estão envolvidos na relação desses alunos com a instituição”.

Por isso, é de suma importância compreender como os alunos com deficiência percebem a sua permanência no ensino superior buscando identificar quais os avanços nesse contexto e quais os desafios que ainda precisam ser superados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações obtidas na página na internet da Superintendencia de Assistencia Estudantil da Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>2</sup> a universidade no intuito de promover o acesso, a permanência por meio de ações que promovam acessibilidade aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação matriculados nos cursos de graduação, desde 2011, impulsiona políticas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior.

A UFPA inicia essa política para Pessoas com Deficiência (PcD) por meio da aprovação da resolução Nº 3883/2009, que destinava a reserva de uma vaga por acréscimo nos Processos Seletivos (PS) para os cursos de graduação, voltados para esse público a partir do PS 2011, denominado de cota PcD. Desde o primeiro ingresso de alunos pela política de cota PcD até o ano de 2019 a UFPA conta com um total de 1042 alunos matriculados com vários tipos de deficiência, como podemos ver no quadro 1.

Quadro 1: Oferta e aprovados pela cota PcD (2011 – 2019)

Ano	Oferta	Inscritos	Aprovados
2011	145	160	45
2012	180	239	52
2013	179	195	49
2014	157	437	65
2015	164	495	82
2016	171	558	87
2017	178	278	83
2018	1291	1240	334
2019	937	1082	245
<b>Total</b>	<b>3402</b>	<b>4684</b>	<b>1042</b>

Fonte: CEPS; CoAcess/SAEST, UFPA, 2019.

É importante ressaltar que para atender as demandas dos alunos com deficiência a UFPA possui uma Coordenadoria de Acessibilidade (COACCESS) que desenvolve ações específicas para o público PcD (Visual, Auditivo, Físico, Intelectual e Transtornos do espectro autista) e outros grupos da Educação Especial/inclusiva. Entre essas ações estão: a adaptação

<sup>2</sup> <http://saest.ufpa.br/coaccess/>

de materiais para Pessoas com Deficiência; acessibilidade comunicacional e informacional; produção de materiais para o público da Educação Especial no Ensino Superior; orientação pedagógica para a adaptação de materiais e avaliação de PcD e Transtornos no contexto do Ensino Superior; avaliações técnicas de acessibilidade; atendimento pedagógico individualizado de PcD e transtornos e eventos voltados para área da Educação Especial no Ensino Superior.

Em se tratando especificamente do campus universitário de Bragança da UFPA, que está localizado no município de Bragança no estado do Pará, destaca-se que em nível de Graduação esse campus oferece 8 cursos: Língua Portuguesa, Pedagogia, Matemática, História, Letras com habilitação em língua Inglesa, Engenharia de Pesca, Biologia e Ciências Naturais. De 2010 até hoje o campus já teve um total de 20 alunos com deficiência.

O campus ainda não possui um Núcleo de Acessibilidade, de acordo com o documento orientador do Programa Incluir-Acessibilidade na Educação Superior compreende-se por Núcleos de Acessibilidade, a constituição de espaço físico, com profissional responsável pela **organização das ações e articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da universidade para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão** no Ensino Superior, a qual contará com o apoio de uma equipe de profissionais especializados para cada público a ser atendido, no sentido de atender e promover acessibilidade (BRASIL, 2013).

O atendimento aos alunos com deficiência tem sido feito pelo Núcleo de Assistência Estudantil do campus em parceria com a coordenadoria de acessibilidade da UFPA. Atualmente o campus possui 16 alunos regularmente matriculados, desses a maioria possui deficiência visual. A deficiência visual pode ser dividida em duas categorias: baixa visão e cego.

De acordo com o Decreto N° 5296, de 2004 a pessoa que tem baixa visão ainda possui resíduo visual. Este apresenta 30% ou menos de visão. As pessoas com baixa visão podem ter sensibilidade ao contraste, percepção das cores e a intolerância à luminosidade, dependendo da patologia causadora da perda visual. Apresentam dificuldades no seu cotidiano em enxergar detalhes. Por exemplo, veem pessoas, mas não distinguem os rostos. Dessa forma, para essas pessoas terem acessos a leituras, estes utilizam ferramentas que possibilitam a ampliação das letras.

A pessoa cega por sua vez, não possui esse resíduo visual. Este não enxerga. Nesse sentido, possui dificuldades em assimilar informações advindas da linguagem visual. Para ter acesso a leituras utilizam o sistema braille.

Conforme já destacado anteriormente, os alunos participantes da pesquisa possuem deficiência visual sendo uma aluna com baixa visão do curso de pedagogia e um aluno cego do curso de matemática.

Inicialmente foi perguntado a eles quais eram as suas expectativas em relação ao ensino superior. De acordo com Ana, antes de conseguir alcançar a média no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para poder entrar na universidade, ela tinha muitas expectativas positivas em relação ao ensino superior, uma delas seria de que encontraria um lugar preparado para trabalhar a formação de pessoas com deficiência. O que, segundo ela, não aconteceu.

Já Pedro afirma também que esperava encontrar um ambiente adequado para atender as suas necessidades, com profissionais que tivessem conhecimento em braille e que pudessem auxiliá-lo na realização de suas atividades. Além disso, ele esperava encontrar um lugar com acessibilidade, com piso tátil e sinalização nas portas com placas escritas em Braille. Em outras palavras, ele esperava encontrar um ambiente acessível que atendesse as necessidades dos diferentes tipos de deficiências. E essa expectativa não se concretizou ao chegar à universidade.

Diante disso, indagou-se quais as principais dificuldades que eles enfrentam em sua permanência na universidade. Eis as respostas:

Um dos principais problemas é a atitude de alguns professores, a falta de equipamentos adequados para a adaptação de material, falta de espaço para um melhor aproveitamento (laboratório de pesquisa) sem condições físicas para o mínimo de acessibilidade, os banheiros em péssimas condições sem qualquer acessibilidade, entre tantas coisas para se enfrentar o principal desafio é o de conseguir fazer o acompanhamento das disciplinas com as salas de aulas com parte da iluminação comprometida (ANA).

A falta de acessibilidade, e de um núcleo de acessibilidade no campus equipado para atender as necessidades do aluno com deficiência e com profissionais habilitados para auxiliar esses alunos. Seria importante que os professores tivessem conhecimentos básicos sobre o sistema braile para poder orientar o aluno cego em sala de aula (PEDRO).

Ao falar sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam no ensino superior Pereira (2006, p. 3) afirma que a universidade precisa estar preparada para receber adequadamente esses estudantes, “bem como mantê-lo com sucesso sem barreiras que levem ao constrangimento do aluno”. No entanto, ela destaca que:

O desconhecimento e despreparo dos funcionários, professores e alunos sobre essa temática, faz com que aumente os obstáculos do aluno com deficiência, dado as constantes atitudes de discriminação e preconceitos. Mas é obvio que essa exclusão não se dá somente pelas barreiras atitudinais, senão por várias dificuldades demandas pelos alunos portadores de deficiências.

Algo que chamou atenção nas falas dos entrevistados é o destaque que eles dão a questão da atitude dos professores e na maneira que eles lidam com os alunos com deficiência. De acordo com Ana a barreira atitudinal<sup>3</sup> foi um dos principais problemas que ela enfrentou com alguns professores, que não providenciavam a ampliação de material e também não ampliavam o tamanho da letra nos slides e tampouco faziam a descrição das imagens apresentadas por eles. A título de exemplo ela relata uma ocasião em que uma professora passou um filme de quase duas horas legendado sem levar em conta que a deficiência dela não lhe permitia ler a legenda do filme.

Ao falar sobre o que envolve a inclusão Ferreira (2007, p.45) destaca o porquê é necessário que as barreiras atitudinais sejam eliminadas:

Incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas - para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si.

Nessa mesma direção o aluno Pedro destaca também que a atitude do professor em sala de aula é de extrema importância no processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior. De acordo com ele:

Falta o professor interagir com o aluno em sala de aula porque eles quando eles escrevem no quadro ou apresentam um slide com figuras eles não fazem descrição e eu fico sem saber o que ele passou no quadro e também eles têm dificuldades de me ajudar porque eles não sabem como funciona o sistema Braille e o que acontece é que eles acabam cometendo equívocos né na linguagem deles, pois na escrita negra em tinta pro braille é diferente, tanto na escrita como a ordem, por exemplo, em uma fração em que o numerador fica em cima e o denominador em baixo no braille não existe isso é tudo na reta na horizontal e aí fica complicada e precisa melhorar nessa parte o professor precisa ter um pouco de conhecimento disso, não é ter o domínio, mas pelo menos conhecer um pouco do braille pra poder dar um suporte melhor para o aluno (PEDRO).

Sobre a importância do papel do professor na luta contra a cultura de exclusão que historicamente marca a universidade Pachano (2008, p.18) aponta que:

Um dos desafios fundamentais da educação superior, no contexto de mudanças que hoje vivemos, deveria ser a participação da universidade, por meio do trabalho de seus professores, na luta pela democratização de acesso a novas tecnologias e alternativas sustentáveis para uma vida melhor. [...] É necessário que os professores universitários compreendam a cultura de exclusão que vem marcando a história da universidade e compreendam seu papel como protagonistas das mudanças necessárias.

---

<sup>3</sup> Atitudes ou comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. De acordo com Dias (2014, p. 30) “na vertente das barreiras atitudinais, pode-se dizer que elas estão incrustadas no seio da sociedade atual, estando presentes quando as atitudes negativas das pessoas influenciam nocivamente a vida de PcDs”.

Apesar de todas as dificuldades elencadas pelos dois entrevistados, eles apontam aspectos positivos em suas experiências no ensino superior. De acordo com a aluna Ana, ter encontrado pessoas que estavam dispostas a lhe ajudar a superar suas limitações foi um ponto bastante positivo, nesse contexto ela destaca o apoio que teve da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA por meio do Núcleo de Assistência Estudantil, que lhe ajudaram por diversas vezes na realização de suas atividades acadêmicas por meio da adaptação e ampliação de material e textos, bem como por meio de atendimento psicopedagógico e social.

A aluna relata também que encontrou professores maravilhosos que fizeram o possível para tornar sua aprendizagem acessível e que todo tempo procuravam se certificar se ela estava conseguindo aprender. Nesse sentido ela afirma que:

Encontrar pessoas que estão dispostas a estender a mão e te ajudar a fazer o caminho junto com você esse é o maior incentivo que podemos receber, outro é que se a didática que estava planejada não deu certo vamos encontrar um caminho juntos, o apoio moral é de suma importância, acredito que uma pessoa com certas limitações (deficiências) pode de alguma forma contribuir para o desenvolvimento da sociedade se tiver seu potencial estimulado de modo adequado (ANA).

Já o aluno Pedro destaca como pontos positivos o fato de ele ter um auxiliar que o ajuda em sala de aula, sem esse apoio seria quase impossível ele conseguir aprender além do fato de ele ter o material das disciplinas adaptado em braille, embora logo no começo do curso esse material chegasse com atraso hoje os professores estão mais comprometidos em entregar com antecedência o material das disciplinas para serem transcritas em braille pela equipe da coordenadoria de acessibilidade. Nesse sentido, ele ressalta que:

É necessário, como tá funcionando, ter um auxiliar para o aluno deficiente visual porque um professor só pra dar aula em um curso intensivo quase ele não consegue nem passar o conteúdo todo, pois é muito conteúdo e pouco tempo e pra ele tirar tempo para me dar atenção e ao mesmo tempo explicar o conteúdo para os outros alunos toma tempo né aí por isso é essencial o auxílio que eu tenho hoje, se não for assim não consigo aprender nada (PEDRO).

Além disso, ele destaca que apesar de a universidade ainda não ser acessível e precisar melhorar na questão da inclusão da pessoa com deficiência ele reconhece que:

Hoje a universidade está tentando se adequar ao adaptar meus materiais que estão vindos impressos em braille alguns professores passaram a trabalhar com materiais concretos que é fundamental, pois fica até mais fácil você conceituar para um aluno cego usando material concreto do que teoricamente e ressaltando que o material concreto é benéfico pra toda a classe porque ele é incluso, pois tanto o aluno visual como o deficiente visual pode usar esse material ele é mais atrativo e torna a matemática mais interessante e isso é muito bom e alguns professores apesar de não terem uma formação especializada eu observo que eles se esforçam e fazem o que podem né e com esse esforço eles estão conseguindo alcançar os seus objetivos que é me ensinar e eu poder absorver conhecimento e tá dando certo apesar das dificuldades, graças a Deus tá dando certo (PEDRO).

É interessante observar na fala do aluno Pedro a falta de formação dos professores para trabalhar com um aluno com deficiência visual e o esforço que esses professores fazem para ensiná-lo. Sobre esse aspecto é importante refletir em tudo o que está por trás dessa situação, pois de acordo com PIECZKOWSKI (2013, p. 186-187):

Na aula universitária, o que é ético no confronto entre um projeto pedagógico de curso que prevê um perfil de egresso específico e um estudante sem possibilidades de atendê-lo? Como respeitar o princípio da temporalidade própria, tão precioso à educação especial, num contexto que determina tempos e espaços iguais a estudantes diferentes? O que é concebido como inclusão e o que pode ser compreendido como protecionismo e descompromisso com a educação? Que apoio encontra o docente para constituir-se professor de estudantes com deficiência?

Nota-se que apesar de todas as dificuldades que enfrentam os participantes da pesquisa acreditam que estão conseguindo aprender, no entanto eles deixam claro que esperam que a universidade avance no sentido de promover a inclusão das pessoas com deficiência para que outros alunos como eles, que entrarem futuramente na universidade, não passem pelas mesmas dificuldades que eles enfrentam. A esse respeito, Ferreira (ibidem, p. 5) aponta que “não é admissível que os alunos com deficiências tenham que enfrentar cotidianamente os obstáculos usualmente vivenciados nos espaços das universidades”.

Além disso, os alunos defendem que as ações que a universidade desenvolve a fim de promover a inclusão das pessoas com deficiência como, por exemplo, as atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Acessibilidade, devem continuar e ser aprimoradas ainda mais, a fim de promover a permanência e a inclusão dos alunos PcDs com qualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Falar sobre a inclusão com deficiência no ensino superior tem se tornado cada vez mais necessário dado que o acesso desse público tem aumentado consideravelmente nos últimos nas universidades públicas. No entanto, não basta apenas oportunizar o acesso é preciso também pensar para além da entrada desses estudantes na universidade, em outras palavras é preciso pensar na permanência desses alunos, mas não uma permanência que ocorra de qualquer jeito e sim uma permanência com qualidade.

Tal qualidade envolve garantir a acessibilidade a esses alunos em todo o contexto universitário, ou seja, eles precisam ter acesso a todos os bens que a universidade produz. Essa é uma realidade que ainda precisa ser efetivada no contexto pesquisado, pois os resultados revelaram que apesar dos avanços e dos esforços que a Universidade Federal do Pará vem empreendendo para oportunizar aos alunos com deficiência ainda assim esses alunos enfrentam muitos obstáculos em sua permanência na universidade como, por exemplo,

a falta de acessibilidade arquitetônica, as barreiras atitudinais impostas por alguns professores que não estão preparados para atuar com um aluno com deficiência e a falta de um núcleo de acessibilidade no campus pesquisado.

No entanto, a pesquisa revelou também que apesar de todos os desafios que enfrentam os participantes da pesquisa destacam aspectos positivos em suas vivências na universidade, como por exemplo o trabalho da Coordenadoria de Acessibilidade e do Núcleo de Assistência Estudantil do campus ao desenvolver ações voltadas para esses alunos como a transcrição em braille dos materiais das disciplinas para o aluno cego, o apoio dado a ele por meio de auxiliar em sala de aula e o atendimento psicopedagógico fornecido a esses alunos. Além disso, os alunos descaram também o esforço de alguns professores que se empenham em tornar acessível a aprendizagem para todos.

A realidade apresentada pelos participantes da pesquisa deixa claro que a universidade ainda precisa promover e efetivar ações que melhorem a acessibilidade arquitetônica na instituição e é preciso também pensar na formação dos professores que atuam com os alunos com deficiência para que eles possam oferecer um ensino que os ajudem a desenvolver sua aprendizagem com qualidade.

Desse modo, é evidente que a universidade precisa desenvolver ações que garantam de fato não apenas o acesso, mas também a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência em todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) >. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: UNESCO, 1994.

BRASIL, Lei 13.146. **Lei Brasileira de Inclusão**. MEC: Brasília, 2015.

BRASIL. **Documento orientador Programa Incluir- Acessibilidade na educação Superior**. SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2017**. MEC: Brasília-DF, 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008.

DIAS, Gleice Noronha. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacionais das pessoas com deficiência.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, 2014.

FERREIRA, S.L. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais.** Revista Brasileira de Educação Especial, v.13, n.1, p.43-60, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa em Educação Ambiental.** In: **Educação Ambiental e Sustentabilidade.** Arlindo Philippi Jr; Maria Cecília (orgs) – São Paulo: Manole, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7.ed.-6. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Kássia Priscila da Silva. **Educação infantil e inclusão: uma análise da fala da criança com deficiência sobre sua vivência na escola.** Monografia (Especialização em Educação Infantil). Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança-UFPA. Bragança-Pará, 2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MAIOLA, Carolina dos Santos. BOOS, Fabiana. FISCHER, Julianne. **Inclusão na Universidade sob a ótica dos acadêmicos com necessidades especiais: possibilidades e desafios.** Ponto de Vista, Florianópolis, n. 10, p. 79-93, 2008.

MENEZES, S. G. de; DECHICHI, C. Educação Infantil: trajetória rumo à inclusão. In: **V Seminário Nacional de Educação Especial e IV Encontro de Pesquisadores em Educação Especial e Inclusão Escolar.** 2012. Disponível em: <<http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/24751.pdf>>

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2015.

PACHANO, Graziela G. **Desenvolvimento Profissional de docente universitário frente aos desafios do mundo contemporâneo.** Anais VII Redestrado. Buenos Aires, 2008.p. 1-20.

PEREIRA, M. M. **A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior.** UNIrevista. – Vol. 1, n° 2: abril, 2006. Disponível em: <[http://www.rsacessivel.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev\\_Pereira.pdf](http://www.rsacessivel.rs.gov.br/uploads/1208183558UNIrev_Pereira.pdf)>. Acesso em 4 de Abr. de 2019.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. Expansão e inclusão na universidade: uma questão ética. In: REZER, R. **Ética e ciência na educação superior.** Chapecó: ARGOS, 2013. p. 167-191.

VARGAS, G. M. S. (2006) **A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica – Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão.** Ponto de Vista, Florianópolis, n. 8, p. 131-138 2006.